

Panorama

Enquanto alguns países têm demonstrado significativo ritmo de expansão da atividade econômica, a economia brasileira ainda patina em busca da construção de um ambiente que possibilite a retomada da economia brasileira.

O desajuste das contas públicas se mostra como um dos principais fatores a obstruir a retomada da atividade econômica brasileira, pois ao mesmo tempo em que impõe a redução dos investimentos públicos, pressiona a elevação da dívida pública e consequentemente das taxas reais de juros.

Certamente este é um dos principais desafios do cenário econômico atual, e que parece estar longe de ser resolvido.

Há sinais de recuperação da economia regional?

A redução da taxa de desemprego, do ritmo de perdas de empregos formais, a melhora do nível de exportação, do saldo da Balança Comercial e do nível de atividade comercial, parece sinalizar a melhora no nível de atividade econômica.

Sinais estes que também são observados no cenário nacional. Entretanto, parece mais cauteloso supor que estamos chegando ao fim do ciclo recessivo que perdura mais de 10 trimestres.

Destques desta Edição

<i>Panorama Econômico</i>	p. 2
<i>Movimentação Financeira</i>	p. 4
<i>Inflação</i>	p. 6
<i>Mercado de Trabalho</i>	p. 8
<i>Comércio Exterior</i>	p.10
<i>Opinião</i>	p.12

A revisão da meta para o déficit público para déficit público primário sinaliza entre outros atores, que as ações realizadas para ajustar as contas públicas estão sendo ineficientes.

A opção por realizar um ajuste macroeconômico recessivo tem reprimido a atividade econômica e, consequentemente, pressionando a demanda por serviços públicos ao mesmo tempo em que a arrecadação tributária tem diminuído.

Como consequência, este tem provocado a elevação da dívida pública e a despesa com juros, o que dificulta ainda mais a adoção de políticas econômicas ativas.

Prof. Me. Sandro Renato Maskio

Panorama Econômico

A economia dos EUA mostrou forte melhora no segundo trimestre deste ano, crescendo 2,6%, comparando o mesmo período no ano passado. O consumo nos EUA cresceu em 2,8% e o investimento em capital fixo 8,2%. O objetivo do presidente Donald Trump é que a economia cresça 3% no ano de 2017.

A melhora na economia americana refletiu no mercado de trabalho que vem se recuperando fortemente, tendo criado 209 mil novas vagas de trabalho e reduzindo o desemprego para 4,3% da PEA, o menor nível dos últimos 16 anos. Frente a este cenário, o Federal Reserve chamou atenção para um possível aumento da inflação no médio prazo. Na última reunião do FED, contudo, decidiu-se manter a taxa de juros inalterada em 1,25%.

No outro lado do mundo, a economia da China cresceu 6,9% no último trimestre, ficando acima das expectativas. Os investimentos em capital fixo cresceram 8,6% comparado ao mesmo período do ano anterior. O consumo privado cresceu 10,4% e a produção industrial também teve um bom desempenho, crescendo 6,9%.

Na zona do euro o crescimento foi de 0,6% no segundo trimestre, estando a taxa anual de crescimento em 2,1%. O desemprego apresentou uma pequena queda ficando em 9,1% da PEA. O Banco Central Europeu demonstra grande otimismo frente a aceleração da economia do último trimestre.

No cenário nacional continuamos em meio a um tumultuado cenário político, que a cada dia parece estar mais longe de se estabilizar. O governo

de Michel Temer se mantém após conseguir o arquivamento de uma denúncia instaurada pelo procurador geral Rodrigo Janot, seguindo com suas propostas de reforma, dessa vez a reforma da previdência, após aprovação da reforma trabalhista.

Ainda assim, a economia tem demonstrado sutis sinais de recuperação. O índice de atividade econômica do Banco Central do Brasil, o IBC – Br apontou uma estagnação para o primeiro semestre deste ano (-0,11%), gerando expectativas para o lançamento oficial do PIB do primeiro semestre pelo IBGE, que apontou retração de 0,4% no primeiro trimestre, comparado ao mesmo período de 2016. O desemprego timidamente tem mostrado alguma recuperação, com queda de 0,7 pontos percentuais na taxa de desemprego entre o primeiro e o segundo trimestre do ano, sugerindo uma pequena melhora no mercado de trabalho. Ao longo do primeiro semestre a média de utilização da capacidade instalada na indústria apresentou uma pequena melhora, mas nada muito significativo, atingindo 74% em julho.

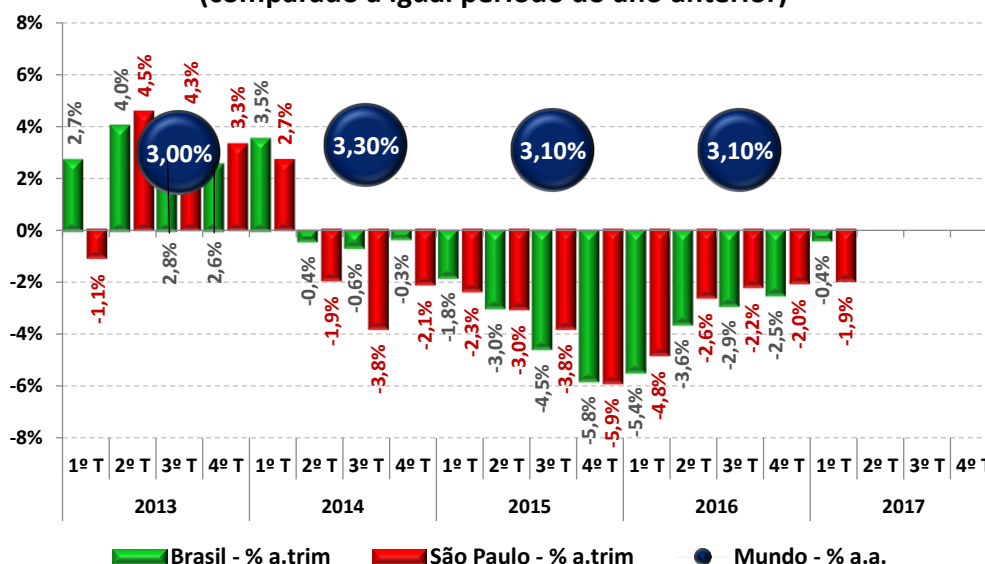
A fraca atividade econômica e as expectativas de inflação ancorada, acumulada em 2,71% nos 12 meses encerrados em junho, fez com que o Copom abrisse espaço para redução da taxa de juros.

Com relação à política fiscal, apesar dos esforços para cortar gastos, estes são dificultados pela rigidez de grande parcela das despesas públicas. Ao mesmo tempo, a recessão tem provocado a redução da arrecadação tributária, mesmo elevando a alíquota de imposto dos combustíveis. Esta combinação fez com que o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento

revisassem para baixo a meta do resultado primário para este ano, que era de um déficit de R\$ 139 bilhões, para um déficit de R\$ 159 bilhões. A alegação do governo é que houve algumas frustrações na arrecadação de receitas “extras”, como a concessão das usinas hidrelétricas da companhia energética de Minas Gerais e as repatriações, que ao que tudo indica foram

superestimadas. Neste cenário a relação dívida/PIB não para de crescer, e isso tem assustado o mercado, que estima que em 2017 a dívida bruta chegue a 76,2% do PIB, tendo como consequência a elevação do risco país, uma possível fuga de capitais, com efeitos sobre a desvalorização do R\$, e possível impacto ascendente sobre a taxa de juros.

Crescimento Trimestral do PIB (%)
(comparado a igual período do ano anterior)



Fonte: IBGE, SEADE, FMI

Em que pese a existência de alguns indicativos de que pelo menos estamos próximos ao fim do longo ciclo recessivo, parece ainda haver uma longa batalha para a construção de um ciclo sustentável de recuperação da economia.

Para tanto, joga desfavoravelmente, a péssima condição fiscal do país, que tem levado a redução dos investimentos públicos, importante indutor dos investimentos privados no Brasil, e à

paralisação de diversos serviços públicos, o que também afeta negativamente, por diferentes canais, o ambiente de negócios do país.

Não obstante, o ajuste recessivo estabelecido pela opção de política econômica do governo não contribuiu para a retomada do nível de atividade econômica. Sem dúvida nenhuma, estamos atravessando mais uma década perdida na economia brasileira, sem expectativas de engrenarmos em um cenário progressista.

Movimentação Financeira

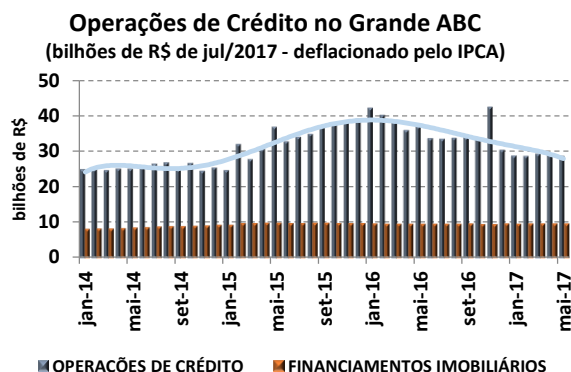
Com a redução da taxa de inflação, que acumulou 2,71% nos 12 meses encerrados em julho provocada pela política contracionista e pela recessão da economia, o Banco Central acelerou a trajetória da redução da taxa básica nominal de juros para 9,25% a.a. Entretanto, a taxa básica real de juros, considerando a inflação acumulada nos últimos 12 meses, é de 6,36%, mais elevada que a observada há um ano. Segundo avaliação do mercado, apontada no Relatório Focus do Banco Central, a taxa básica nominal deverá continuar caindo e fechar este ano em 7,25%.

Nos últimos 6 meses, tanto as taxas de juros nominais para crédito às pessoas jurídicas como as taxas de juros nominais às pessoas físicas diminuíram levemente. O destaque ficou com a redução dos juros do cartão de crédito rotativo, especialmente em abril e maio, tendo em vista as mudanças em algumas regras nesta modalidade de financiamento. Entretanto, as taxas de juros aos consumidores continuam exorbitantes no país, tendo alcançado 322% a.a. no cheque especial e 378% a.a. no rotativo do cartão de crédito. Embora em um nível bastante inferior, as taxas de juros às pessoas jurídicas atingiram 21,5% real no último mês de julho, o que na prática inviabiliza a contratação de empréstimos pelas empresas.

Nos primeiros seis meses deste ano no país, comparado a igual período de 2016, o total de concessões de crédito com recursos livres junto às pessoas jurídicas apresentou queda real de 10,7%, enquanto junto às pessoas físicas aumentou 3,2%.

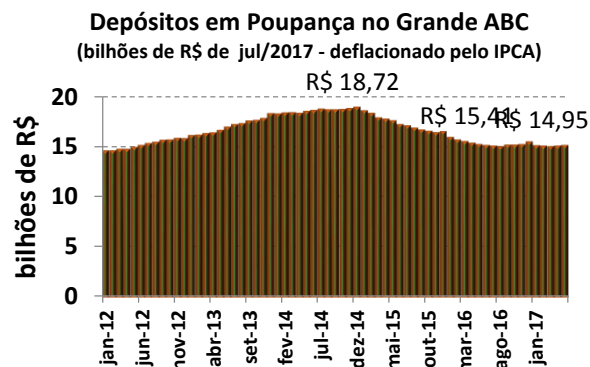
No Grande ABC, nos primeiros cinco meses deste ano, o volume de operações de crédito diminuiu 25,5%, somando pouco mais de R\$ 28,7

bilhões. As operações de financiamento imobiliário permaneceram praticamente estáveis, com pequena elevação de 0,6%.



Fonte: Banco Central

No mesmo período o volume de recursos depositados em poupança na região do Grande ABC diminuiu de R\$15,36 bilhões para R\$15,01 bilhões, redução de aproximadamente 3%.



Fonte: Banco Central

No cenário nacional, em parte explicado pela pequena melhora no volume de concessão de crédito às pessoas físicas, bem como na estabilização da massa de renda na economia, em que nos últimos anos, observa-se uma pequena melhora na trajetória da atividade comercial.

Nos últimos 12 meses encerrados em junho, a atividade comercial diminuiu 3 %. Entretanto, no primeiro semestre deste ano a variação foi de apenas 0,1% negativo, praticamente estagnado, contra uma redução de 7% no primeiro semestre de 2016. No estado de São Paulo nos últimos 12 meses encerrados em junho a redução da atividade comercial foi de 5,5%, ao passo que no primeiro semestre deste ano a redução foi de apenas 0,7%. Comportamento que sugere o fim da atividade recessiva.

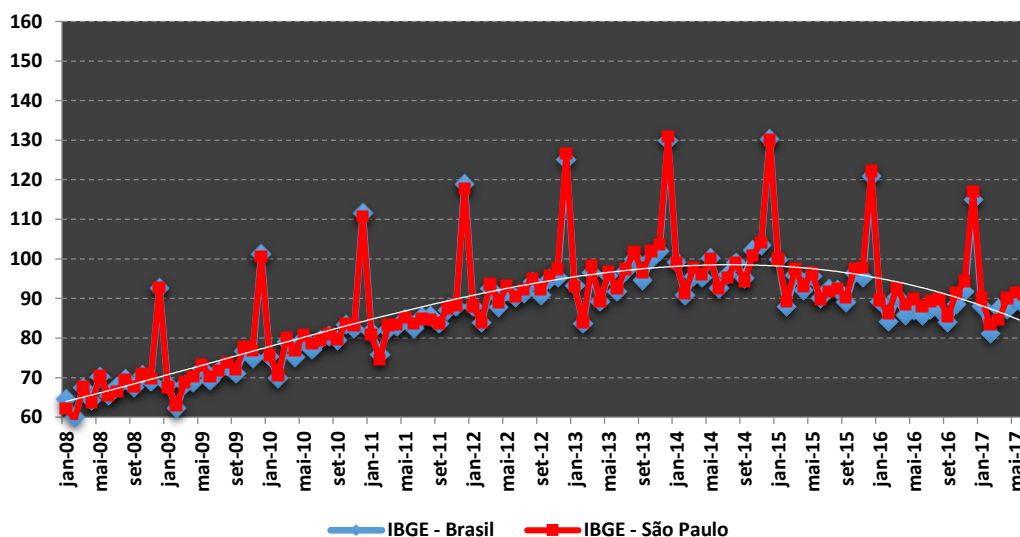
A tendência à estagnação da atividade comercial refletiu diretamente no setor produtivo que, nos 12 meses encerrados em junho apresentou redução de 1,9% no volume de produção física no

país, sendo que no primeiro semestre deste ano houve aumento de 0,5% na produção física.

No estado de São Paulo, a produção física mostrou-se estagnada no primeiro semestre deste ano, apesar da redução de 1,2% nos 12 meses encerrados em junho. Assim como o indicador de atividade comercial, os indicadores de produção industrial também sugerem que estamos no fim do ciclo recessivo da atividade econômica.

Segundo avaliação do SERASA EXPERIAN, entre os segmentos nos quais houve maior queda na atividade comercial no primeiro semestre de 2017, estão materiais de construção, móveis e eletrodomésticos e vestuários.

Atividade Comercial (média de 2014 = 100)



Fonte: IBGE

Inflação

Com a recessão da atividade econômica brasileira, que já se estende por 12 trimestres, e a adoção de uma política monetária contracionista, com taxas reais de juros elevadas, a inflação acumulada nos últimos 12 meses foi de 2,71%, o menor índice acumulado registrado desde fevereiro de 1999.

Segundo a expectativa do mercado, publicado semanalmente no relatório Focus do Banco Central, a inflação deverá fechar este ano com variação de 3,45%, abaixo do centro da meta de inflação, que é de 4,5%.

Apesar do pequeno índice de inflação acumulada, não significa que tenhamos debelado todos os fatores indutores de variação de preços na economia brasileira. Ao analisar a composição do índice de inflação (IPCA), verifica-se que nos 12 meses encerrados em junho os preços do grupo de saúde aumentaram 7,19%, do grupo de educação aumentaram 7,94% e do grupo habitação 4,60%. Estes três grupos respondem por pouco mais de 37% da composição do índice de inflação (IPCA).

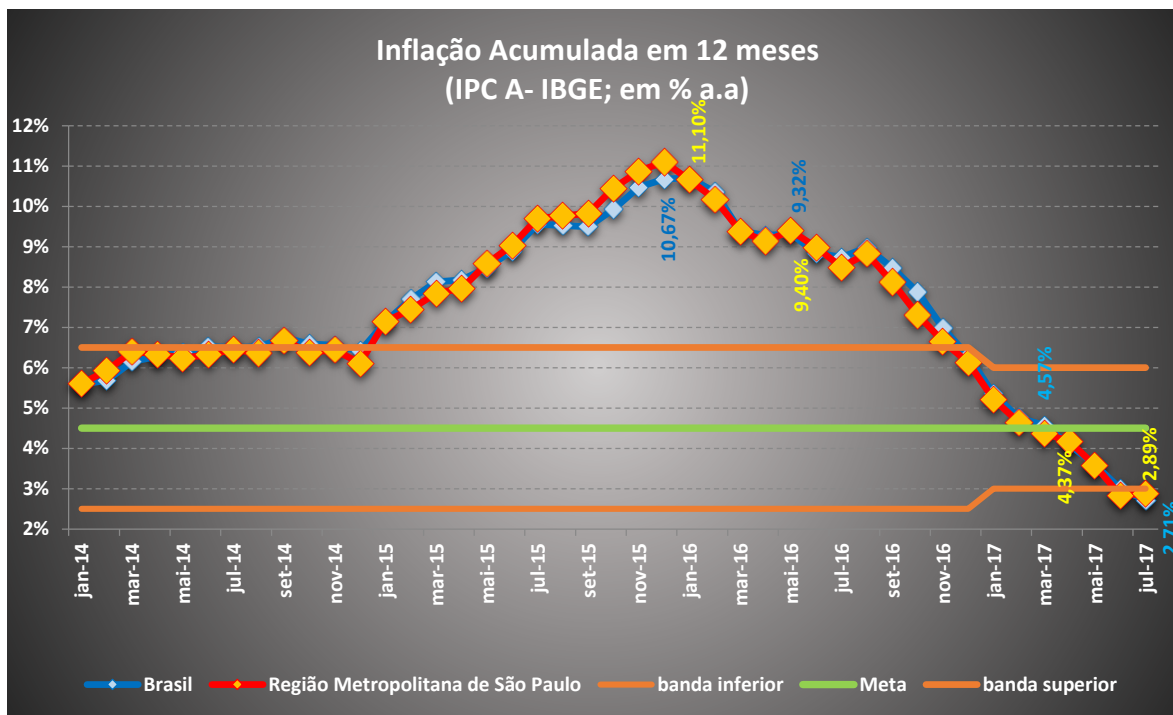
Também é importante observar que na economia brasileira diversos preços são administrados, como gasolina e energia elétrica, bem como alguns itens ligados ao grupo de saúde, como medicamentos e reajustes dos planos de saúde. A projeção do Banco Central para a variação dos preços administrados em 2017 é de 5,9% segundo publicado no último Relatório de Inflação, bastante acima da projeção para o IPCA.

Há também na economia brasileira diversos preços indexados, como os contratos de aluguéis, financiamento imobiliário, entre outros, nos quais podem se incluir alguns acordos coletivos salariais, meritórios em defender o poder de compra dos trabalhadores.

Para compensar a trajetória de variação destes preços, a política monetária ortodoxa de curto prazo foca no controle da taxa de juros e da expansão do crédito com o objetivo de reprimir a demanda, e assim reduzir a pressão sobre os preços “livres” da economia, que não estão nos grupos acima.

Para tanto se pratica uma taxa real de juros elevada, oferece-se elevados prêmios para redução do fluxo de moeda em circulação, cria-se oportunidades atrativas aos detentores de capacidade de poupança para a realização de aplicação financeira, em detrimento da expansão do crédito, da demanda e da atividade produtiva.

Uma das principais críticas enfrentadas pela atual política monetária, em especial pelos economistas e analistas de corrente heterodoxa, é que a política monetária deveria caminhar no sentido oposto e perseguir o objetivo de reduzir a taxa de juros e expandir o crédito como forma de aquecer a demanda e a atividade produtiva. Até porque, no momento atual, o setor produtivo opera com elevado grau de capacidade ociosa, o que, em tese, segundo os heterodoxos, possibilitaria ao setor produtivo atender a expansão da demanda.



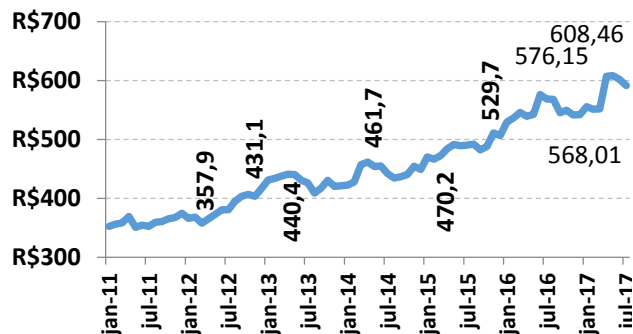
Fonte: IBGE

Na região Metropolitana de São Paulo a inflação acumulada em 12 meses pelo IPCA foi de 2,88% o mês de julho. Assim como no plano nacional, os grupos que apresentaram as maiores elevações de preço foram saúde, educação, cuidados pessoais e habitação. Estes grupos, na região metropolitana de São Paulo, são responsáveis por 44% da composição do IPCA local.

Diferentemente de períodos anteriores, o grupo alimentação, nos 12 meses encerrados em julho, apresentou ligeira queda nos preços de aproximadamente 0,10%.

Na região do Grande ABC, conforme o gráfico a seguir, após uma pequena trajetória com preços estáveis, houve um pequeno repique dos preços nos últimos quatro meses.

Cesta Básica - Região do ABC (em R\$)



Fonte: CRAISA

No último mês de julho o valor da cesta básica local foi de R\$ 591,48, após atingir R\$ 608,5 em maio, o maior preço da série apurada pela CRAISA, refletindo pontualmente o impacto recente da

variação de preços de produtos básicos na renda das famílias da região.

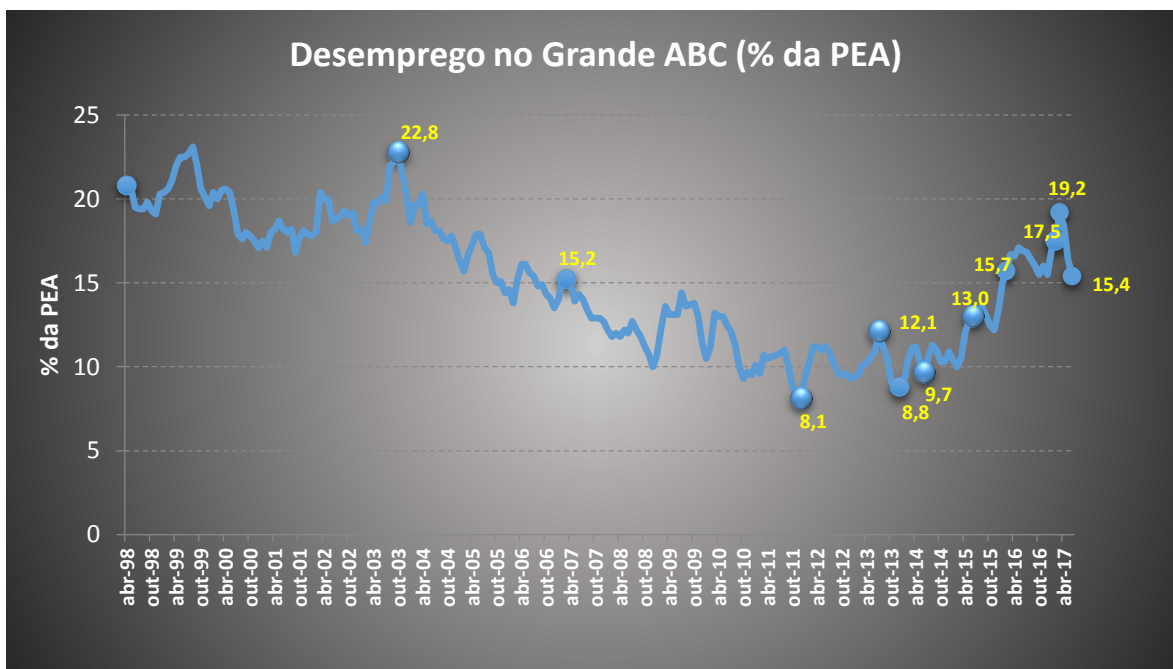
Mercado de Trabalho

Desde o mês de fevereiro deste ano, o SEADE não realiza mais a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) específica para a região do ABC, dado o fim da vigência do contrato com o Consórcio Intermunicipal Grande ABC. O que significa uma perda importante de informações relativas ao comportamento do mercado de trabalho local, como a trajetória dos salários dos trabalhadores ocupados, e o rompimento de uma série histórica que se iniciou em 1998. Entretanto, a PED realizada pelo SEADE para Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) traz

a informação sobre a taxa de desemprego do ABC, utilizando uma amostra menor para o cálculo do índice.

Após atingir 19,2% da PEA em março deste ano, equivalente às taxas apresentadas em 2004, a taxa de desemprego recuou para 15,4% da PEA no mês de junho. Ainda assim, está é uma taxa elevada, sendo que, conforme se pode observar no gráfico a seguir, nos anos de 2016 e 2017 a região tem apresentado as maiores taxas de desemprego dos últimos 10 anos.

Segundo informações do CAGED e RAIS do Ministério do Trabalho, a massa de renda dos trabalhadores formais do Grande ABC somou R\$1,41 bilhão em junho deste ano.



Fonte: SEADE / DIEESE

Comparado a igual junho de 2016, a massa de renda dos trabalhadores formais da região aumentou 4,40%, deflacionados pelo IPCA. Este incremento não ocorreu em função do aumento do número de trabalhadores, mas sim dos reajustes dos salários.

Até o mês de junho deste ano a região perdeu 4.578 empregos formais. Número este bastante menor que os registrados nos últimos anos quando a região perdeu 31.358 empregos em 2016, 43.614 empregos em 2015 e 14.369 em 2014.

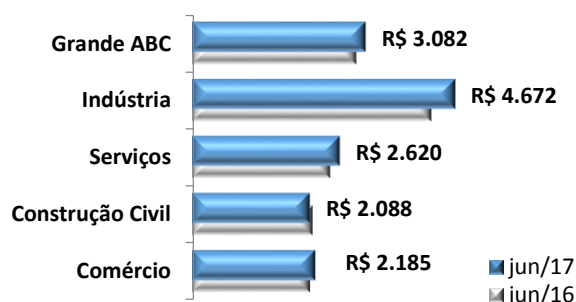
Considerando especificamente o mercado formal de trabalho, desde o início de 2014 até o final do primeiro semestre de 2017, todos os setores da economia do Grande ABC apresentaram perda de empregos, com expressiva desaceleração em 2017, puxada especialmente pela indústria de transformação, seguidos pelos setores de serviços e construção civil.

Ainda assim, a renda média no setor industrial é bastante superior à média do rendimento da região, superando todos os demais setores. A redução dos empregos formais no setor industrial como já pontuado em edições anteriores do Boletim EconomiABC, traz a perda de empregos de qualidade, não só no quesito salarial, mas também com relação aos benefícios.

A recuperação dos mais de 50 mil postos de empregos formais perdidos na indústria da região nos últimos 4 anos requererá uma forte recuperação do nível de atividade econômica, capaz de ampliar a demanda por trabalho, e certamente muito suor para

a recuperação da dinâmica progressista do mercado de trabalho.

Renda do Emprego Formal por Setor Grande ABC - jun 2017



Fonte: RAIS/CAGED – MTE, deflacionados pelo IPCA.

Nos últimos meses, compondo o pacote de ajustes defendidos pelo governo, pelos empresários e pelos economistas com uma orientação ortodoxa mais acentuada, foi aprovada a reforma trabalhista. O principal argumento apresentado, em especial pelo governo, foi de que a reforma trabalhista possibilitaria a retomada dos níveis de emprego.

Em que pese a regulamentação de algumas práticas que já eram efetivamente realizadas no mercado e a possibilidade de algumas desonerações para redução do custo trabalhista, tendo em vista seus efeitos sobre a segurança jurídica e possível melhora de competitividade (custos), é duvidoso a obtenção de efeitos mais amplos.

A possibilidade de serem realizadas outras modalidades de contratação, não quer dizer que haverá um aumento da demanda pela quantidade de trabalho, ou por horas de trabalho. No longo prazo, a geração de empregos e oportunidades de trabalho de

forma sustentável está atrelada a dinâmica da economia, à necessidade de ser ampliado o nível de produção, e não a uma imposição ou modificação legal.

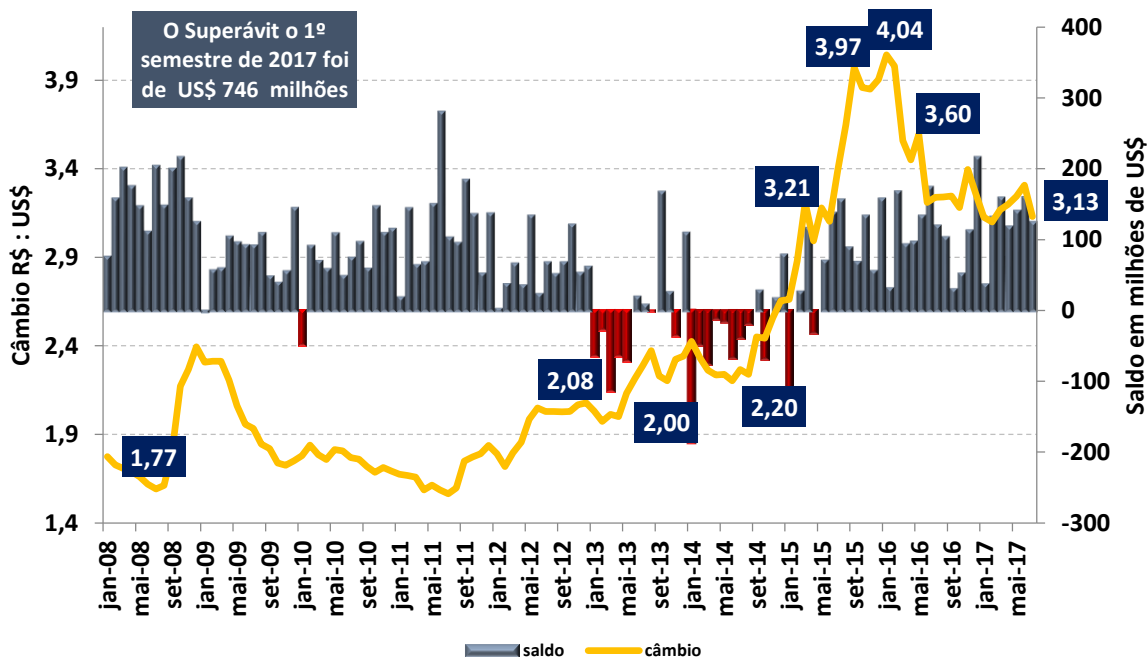
Comércio Exterior

O primeiro semestre de 2017 registou um superávit de US\$ 746,45 milhões na Balança Comercial do Grande ABC, o maior desde o primeiro semestre de 2008, e 7% maior que em igual período do ano passado. Mesmo assim, a corrente de comércio exterior (soma das exportações e

importações) é uma das menores para o 1º semestre dos últimos anos, superior apenas ao ano de 2016 nos últimos 8 anos, o que sinaliza uma menor integração da economia regional com a economia internacional.

Comparativamente ao primeiro semestre de 2016, no primeiro semestre deste ano as exportações aumentaram 13,3% (US\$ 2,52 milhões) e as importações 16,1% (US\$ 1,82 milhões). A melhora do volume de comércio exterior é outro indicativo de melhoria no nível de atividade econômica, juntamente com os demais indicativos apontados nas páginas anteriores.

Saldo da Balança Comercial do Grande ABC - milhões de US\$



Fonte: MDIC

A expansão das exportações aponta para a melhora da demanda externa pelos produtos produzidos na cadeia industrial da região, mesmo com trajetória de valorização do Real desde janeiro

de 2016. Do outro lado, a ampliação das importações reflete, em especial, o aumento da demanda do setor produtivo, importador de diversos insumos produtivos, para abastecer as cadeias de produção.

Dada a composição estrutural do fluxo de comércio exterior do país, os produtos manufaturados são os que apresentam melhor resultado comercial, cujo resultado deste primeiro semestre apresentou um resultado equivalente a 68% do resultado de todo o ano de 2016. Ao mesmo tempo, o comércio de semimanufaturados e de

produtos básicos mostra-se deficitários, tendo em vista o perfil do setor produtivo exportadora região, composto especialmente pelo segmento de caminhões, automóveis, componentes automobilísticos, seguido de produtos químicos e pneus.

Composição do Comércio Exterior do Grande ABC

Ano/Mês	TOTAL	Básicos	Industrializados			Operações Especiais
			Semi	Manufaturados	Total	
2014	-400.634.639	-146.160.979	-177.825.793	-76.647.867	-254.473.660	0
1 sem 2015	163.319.408	-51.947.556	-125.660.249	340.892.507	215.232.258	34.706
2015	824.111.683	-95.326.936	-202.488.643	1.121.873.742	919.385.099	53.520
1 sem 2016	701.665.088	-29.631.223	-62.724.767	793.941.606	731.216.839	79.472
2016	1.335.956.850	-75.550.465	-124.985.065	1.536.339.726	1.411.354.661	89.064
1 sem 2017	746.455.042	-49.227.729	-105.812.437	1.026.032.166	920.219.729	72.929

Fonte: MDIC

Apesar da melhora no fluxo de comércio exterior e no saldo da Balança Comercial, com elevação dos volumes exportados, não significa que esta será a porta que possibilitará a retomada sustentável da economia do Grande ABC.

Além de, a economia local ter ampliado a participação das importações para abastecer as cadeias produtivas locais nas últimas décadas, em especial o setor industrial, a participação no comércio exterior no PIB regional é bastante pequena. No ano de 2014, quando o PIB local somou R\$ 120 bilhões correntes, as exportações somaram US\$ 5,315 bi, correspondente à cerca de 10% do PIB regional, considerando a taxa média de câmbio para 2014. Se considerarmos ainda as importações, o efeito do

setor externo para a composição do PIB local é ainda menor.

Especificamente no ano de 2014 a Balança Comercial foi negativa, tendo o setor externo gerado um efeito negativo na geração do PIB regional.

Além da melhora do saldo de Comércio Exterior, que é importante, é essencial para a melhora do ambiente econômico local a retomada do mercado interno.

Opinião

CRISE FISCAL, DÍVIDA ATIVA E “REFIS”

A “Dívida Ativa” pode ser caracterizada como a inscrição contábil de créditos de natureza tributária e não tributária vencidos e não pagos na data da obrigação (conforme disposto nos parágrafos 1º ao 5º do artigo 39 da Lei 4320/64). Desta forma, quando as obrigações tributárias e não tributárias não são pagas durante o ano em que foram lançadas e/ou cobradas, há uma redução da capacidade de financiamento das políticas públicas em geral, tanto na União, como nos estados, Distrito Federal e municípios, especialmente daquelas voltadas ao atendimento das necessidades da população nas áreas da seguridade social (saúde, assistência e previdência social), educação, mobilidade urbana.

Depois de vencidos e não pagos até o final do ano em que houve o lançamento e/ou a cobrança regular, essas obrigações devem ser inscritas na dívida ativa; quando pagas pelos contribuintes nessa condição de cobrança, quer de forma administrativa, quer de forma judicial (processo de execução fiscal), são registradas como receita da dívida ativa, que também integram a base de cálculo da aplicação mínima em saúde e educação na União, assim como as receitas da dívida ativa de tributos estaduais e municipais integram a base de cálculo da aplicação mínima em saúde e educação dos estados e municípios.

É quase “lugar comum” associar “dívida ativa”, nas três esferas de governo, com programas de arrecadação (recentemente chamado de “REFIS”) que concedem anistia de multas e juros dessa dívida, mas que caracterizam renúncia de receita. Afinal, esses encargos moratórios representam o direito líquido e certo de cobrança como decorrência da inadimplência do contribuinte que, na data da obrigação, deixou o Poder Executivo – Federal, Estadual e Municipal – sem recursos para financiar as despesas voltadas ao atendimento das necessidades da população nas mais diferentes áreas.

Sob esta perspectiva, se a receita da dívida ativa arrecadada no final de um ano ficar abaixo dos respectivos valores estimados na Lei Orçamentária desse ano, essa anistia somente poderia ser concedida se houvesse a compensação por meio de aumento de alíquota ou base de cálculo de outros tributos, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal (conforme disposto nos parágrafos 1º ao 3º do artigo 14, da Lei Complementar 101/2000). Além disso, a repetição anual da concessão da anistia de multas e juros reforça a cultura da inadimplência ao tornar vantajoso ao contribuinte não pagar a obrigação tributária e não tributária no vencimento e, depois, nos anos subsequentes, não ser cobrado os encargos moratórios devidos, com claro desestímulo e injustiça ao contribuinte adimplente. Ou seja, a falta de gestão na área da receita aliada aos interesses particulares representados no Poder Executivo e no Poder Legislativo estimula a proposição, aprovação e promulgação de projetos de lei sob a justificativa de

incentivar o aumento da arrecadação como uma das formas de enfrentar a “crise fiscal”.

Em outros termos, esses repetidos “REFIS” com anistia dos encargos moratórios cresceram na mesma proporção das dificuldades de caixa da União, dos estados, Distrito Federal e Municípios combinadas com a falta de planejamento vigente no setor público brasileiro: há uma forte tentação para o lançamento de campanhas de arrecadação da dívida ativa tributária e não tributária, com a oferta de benefícios para a quitação de dívidas no curto prazo. Nessa perspectiva, predomina a “ótica de caixa” dos administradores públicos, colocando num segundo plano a obrigação do contribuinte enquanto condição necessária para a adequada e regular capacidade de financiamento das ações governamentais para a garantia dos direitos de cidadania, não somente em relação à cobrança da dívida ativa, mas também das obrigações tributárias e não tributárias lançadas e/ou cobradas regularmente em cada exercício.

Portanto, para enfrentar a “crise fiscal”, antes de aumentar a tributação sobre os combustíveis (procedimento recente do governo federal que penaliza todos os brasileiros, especialmente a grande maioria da população que ganha até 3 salários mínimos e gasta toda a sua renda em consumo) e antes de retirar os direitos de cidadania da população por meio do congelamento, até 2036, das despesas primárias federais nos níveis de 2016 (e 2017 no caso da saúde e educação) como estabelece a Emenda Constitucional nº 95 aprovada e promulgada em dezembro de 2016 (com efeitos diretos negativos sobre as transferências de recursos para Estados e Municípios e, com isso, sobre o

financiamento das políticas públicas em diferentes áreas), seria preciso que os gestores das finanças da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios adotassem uma postura muito mais firme no processo de arrecadação tributária e não tributária: a manutenção dos cadastros e dos valores da base de cálculo deveriam estar sempre atualizados, seria preciso garantir, mediante diretriz administrativa e política, a alocação de recursos adequados as condições operacionais aos auditores e servidores da área da receita e dívida ativa para a adoção da inteligência fiscal, entre outras medidas, de modo a viabilizar a cobrança de forma permanente e ágil, especialmente dos grandes contribuintes, mas sem anistiar os encargos moratórios daqueles devedores que privaram (no tempo devido) a população dos recursos necessários para o atendimento das necessidades da população nas áreas de saúde, educação, mobilidade urbana, dentre outras. Se o problema da inadimplência foi decorrência de dificuldades financeiras do contribuinte, que se conceda um prazo mais dilatado de pagamento na legislação da dívida ativa, mas nunca anistia de multas e juros.

Francisco R. Funcia, Economista e Mestre em Economia Política pela PUC-SP, consultor da FGV e do Conselho Nacional de Saúde e Professor do Curso de Economia da USCS.

As opiniões expressas nesse artigo são de exclusiva responsabilidade do autor, não expressando necessariamente a posição do Observatório Econômico e nem da Universidade Metodista de São Paulo. Quaisquer erros ou omissões nesse texto são de exclusiva responsabilidade do autor.

Universidade Metodista de São Paulo

Escola de Gestão e Direito

Curso de Ciências Econômicas

Observatório Econômico

Reitor

Dr. Paulo Borges Campos Júnior

Diretor da Escola de Gestão e Direito

Dr. Fúlvio Cristofoli

Coord. do Curso de Ciências Econômicas

Ma. Sílvia Cristina da Silva Okabayashi

Coordenador de Estudos

Me. Sandro Renato Maskio

Professor Pesquisador

Dr. Moisés Pais dos Santos

Estagiária

Gabriella Passos

Colaboradores

Anderson Santos, Ângelo Cesar, Thiago Farias



A serviço do desenvolvimento do Grande ABC.

Patrocine esta iniciativa!

E-mail: observatorio.economico@metodista.br

Tel.: 4366-5035

[URL: http://www.metodista.br/observatorio-economico](http://www.metodista.br/observatorio-economico)